



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: VULNERABILIDADES, ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO

Yashmin Michelle Ribeiro De Araujo¹

Resumo

A vulnerabilidade social ganha destaque na década de 1990, ao substituir os estudos relacionados apenas à pobreza pela compreensão de que um conjunto de desvantagens sociais mais abrangentes influencia na condição dos sujeitos. Este trabalho corresponde a uma pesquisa de natureza qualitativa e utiliza como fonte para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, fundamentando-se, precipuamente em Abramovay (2002), Castro e Abramovay (2004), Bezerra (2012) e Sena (2013). Seu objetivo é discutir a relação existente entre a juventude e a situação de vulnerabilidade à violência, não perdendo de vista as particularidades das vulnerabilidades social, positiva, negativa e socioespacial, assim como a reflexão sobre os jovens residentes em periferias, os quais são alvos frequentes da estigmatização social e midiática, devido seus territórios de residência e a presença frequente nas elevadas taxas de homicídios.

Palavras-Chave: Juventude. Vulnerabilidades. Violência. Estigmatização. Território.

1 INTRODUÇÃO

O tema da vulnerabilidade social ganha força, substituindo as análises da pobreza, que reduziam os problemas às questões econômicas, nos anos 1990 (ROCHA, 2007). Abramovay (2002, p. 29) menciona que a vulnerabilidade social aparece como categoria de estudo em pesquisas justamente no momento em que se vê a necessidade de se entender de forma abrangente não apenas o fenômeno da pobreza, mas de outras e variadas formas de desvantagem social. Estas pesquisas objetivavam conhecer os riscos da mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que acoplavam os que não estavam apenas abaixo da linha de pobreza, sim toda a população. Para a mesma autora, há por isso dois tipos de vulnerabilidade, a positiva e a negativa.

Já Sena (2013, p. 344) defende que o espaço é um potencializador de determinadas condutas ou um inibidor delas, influenciando na existência de uma vulnerabilidade socioespacial dentro das comunidades de periferia. Esta vulnerabilidade afetaria os jovens e em muitos momentos os convidaria para a inserção em redes de violência e de comercialização de drogas ilícitas.

Bezerra (2012, p. 4), por sua vez, atesta que a inserção em um espaço físico expressa a posição de classe de seus moradores num espaço social. Por isso, os residentes em territórios estigmatizados são visibilizados como potencialmente violentos, perigosos, suspeitos e criminalizáveis. Tal visibilidade está associada também ao imaginário social da periferia ser um lugar que cristaliza a ideia de ameaça, medo e insegurança.

Discutir as relações entre a juventude e a vulnerabilidade se torna, por isso, um imperativo hoje, quer seja pela visibilidade dada aos jovens na mídia, quer seja pela necessidade de compreender as particularidades desta categoria de análise. Desse modo, este trabalho discute a relação existente entre os jovens e a situação de vulnerabilidade à violência a que estão sujeitos, partindo da reflexão sobre a vulnerabilidade social, suas faces positiva e negativa, assim como a desvantagem do espaço como aspecto propício à

¹ yashminmichelle@yahoo.com.br - Universidade Estadual do Ceará (UECE).



constituição de redes de comercialização de drogas ilícitas justificadoras da vulnerabilidade socioespacial, a fim de elucidar a associação entre juventude, vulnerabilidade e violência.

Relacionaremos a discussão mencionada à realidade dos jovens residentes em comunidades de periferia por acreditarmos que estes são geralmente estigmatizados, devido os territórios onde residem, além de serem associados indistintamente à prática da violência ou da criminalidade.

Para tanto, este artigo corresponde a uma pesquisa de natureza qualitativa e utiliza como fonte para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica realizada por meio da leitura e discussão com diferentes trabalhos. A fundamentação teórica corresponde principalmente aos estudos de Abramovay (2002), Castro e Abramovay (2004), Bezerra (2012) e Sena (2013).

2 JUVENTUDE VERSUS VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA: NAS ESTATÍSTICAS E NA REALIDADE

Abramovay (2003, p. 44) afirma que "além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, uma marca singular dos jovens, nestes tempos, é sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantos". A autora postula, do mesmo modo, que a violência não se limita a camadas sociais ou econômicas, raças ou regiões geográficas, mas que, recorde-se, "as estatísticas apontam que ela atinge grupos específicos, como o é o caso dos jovens do sexo masculino e que uma explicação para a incidência desses casos está na questão da vulnerabilidade" (ABRAMOVAY, 2002, p. 28, grifos nossos).

As informações referidas pela autora já são conhecidas pela maioria de nós e, se por um lado, geram medo e insegurança com respeito à segurança pública insuficiente ou ineficaz, por outro lado, demonstram os mesmos personagens que, majoritariamente, tem as vidas ceifadas violentamente: jovens negros, de classes sociais menos abastadas, residentes nas periferias.

O *Mapa da Violência: homicídios e juventude no Brasil* (WAISELFISZ, 2014, p. 102) confirma estas informações. Seu texto revela que "a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina". A feminina representa aproximadamente 8% nas taxas de homicídios por 100 mil jovens (p. 105). Outra evidência do estudo é que a raça/cor das vítimas geralmente é a negra (p. 119). "[...] No conjunto, se entre os brancos, o número de vítimas diminui de 19.735, em 2001, para 14.445, em 2011, o que representa uma queda de 53,4%; entre os negros, aumenta de 28.015 para 37.549, o que corresponde a 67,7% [de aumento]".

Os dados manifestam que a vitimização dos jovens negros cresce aceleradamente: "na faixa de 15 a 19 anos passa de 80,8 para 173,0: crescimento de 226,9%; na faixa de 20 a 24 anos passa de 86,9 para 171,2: crescimento de 193,0%; e na faixa de 25 a 29 anos passa de 66,0 para 137,7: crescimento de 216,0%" (WAISELFISZ, 2014, p. 123).

Todas estas estatísticas ajudam a supor que através da compreensão das relações nas quais os jovens se envolvem, o que inclui suas esferas de sociabilidade, universo de oportunidades e negação de direitos, assim como de negligência paterna e/ou materna ou mesmo governamental, é possível desmembrar o percurso constitutivo que deságua no envolvimento com conjunturas violentas, quer como vítimas, quer como agressores (ABRAMOVAY E FEFFERMANN, 2007).

Dados apresentados no Índice de Homicídios na Adolescência - IHA (2012) são preocupantes.

Os dados de 2009 revelam que, para cada mil pessoas de 12 anos, 2,61 serão assassinadas antes de completarem a adolescência. Esse valor aumentou para 2,98



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

em 2010, o que representa um aumento inquietante da violência letal contra adolescentes no Brasil. A partir desse índice, é possível estimar que, se as condições que predominavam em 2010 não mudarem, um total de 36.735 adolescentes será vítima de homicídio até 2016 (MELO; CANO, 2012, p. 11).

O IHA (2012) também apresenta o cálculo dos riscos relativos de ser vítima de assassinato, confirmando a influência que o sexo, a cor, a idade e o instrumento ou meio utilizado exercem:

Em 2010, os adolescentes do sexo masculino apresentavam um risco 11,5 vezes superior ao das adolescentes do sexo feminino, e os adolescentes negros, um risco 2,78 vezes superior ao dos brancos. Por sua vez, os adolescentes tinham um risco 5,6 vezes maior de serem mortos por meio de arma de fogo do que por qualquer outro (MELO; CANO, 2012, p.12).

A citação acima mostra que os alvos preferenciais da violência letal são jovens do sexo masculino, negros, a serem mortos por arma de fogo, demonstrando a necessidade de se efetivarem políticas sociais que previnam a morte de adolescentes encontrados neste perfil. Conforme Melo; Cano (2012, p.13), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atesta que o Brasil ultrapassou a marca de 190 milhões de habitantes, sendo aproximadamente 13% dessa população formada por adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. A maioria deles reside em zonas urbanas (81,9%) e o grupo é diverso com relação à etnia. Há brancos (42,3%), negros (56,2%), amarelos (1%) e indígenas (0,5%) dentro desta faixa etária.

Dentre estes, os que se encontram em situação de vulnerabilidade, quer por razões econômicas, quer por razões educacionais, ou mesmo por ocorrência de gravidez, uso de drogas ou envolvimento com atos violentos, deveriam ter seus direitos garantidos, mediante o acesso a diferentes políticas sociais, a fim de que a situação de vulnerabilidade fosse superada. Mas o que se vê, em contrapartida, é o retrocesso ou a ineficácia na concretização de políticas para a juventude, lado a lado, com a exposição cada vez mais frequente destes sujeitos a cenários violentos.

A mídia eletrônica e impressa e o cinema nacional mostram, abertamente, crianças e adolescentes envolvidos com a delinquência, quer seja com o tráfico de drogas, quer seja portando armas de fogo ou mesmo como soldados do “crime negócio” (ZALUAR, 2004 apud PERES; CARDIA; SANTOS, 2006, p. 30). Quem não assistiu, por exemplo, pelo menos uma vez, ao drama nacional *Cidade de Deus* (2002), dirigido por Fernando Meirelles e não se recorda da cena emblemática em que Dadinho (uma criança na época), conforme combinado com o “Trio Ternura”, dá um tiro de aviso e, posteriormente, realiza um massacre no motel onde estavam assaltando, matando todos seus ocupantes e expressando no rosto, um ar de satisfação e desejo de sangue.

Esta imagem chocante recorda os elevados índices dos homicídios cometidos por crianças e jovens nas metrópoles e cidades dos interiores brasileiros, mas também os índices de homicídios sobre os jovens, necessitando-se conhecer suas causas. Waiselfisz (2014) afirma que seguindo as curvas demográficas do país, oriundas das quedas progressivas nas taxas de fertilidade, o número absoluto de jovens no país diminuiu. E esta diminuição é produto de algo que supera o estreitamento da pirâmide populacional (devido o envelhecimento cada vez mais crescente da população): é consequência da mortalidade juvenil.

O autor considera que há fatores responsáveis pela modificação no padrão das mortes dos jovens ao longo dos tempos, os quais poderiam ser explicados pelo que nomeia como “novos padrões da mortalidade juvenil”, relacionados às mortes por causas externas,



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

precipualemente, por acidentes de trânsito e homicídios. A diferenciação entre as causas das mortes de jovens anteriormente e hoje está justamente no fato de que anteriormente, cinco ou seis décadas atrás, as epidemias e as doenças infecciosas eram as responsáveis pelas mortes deles. Os dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) ajudam a ilustrar esta assertiva:

Em 1980, as causas externas já eram responsáveis pela metade exata – 50% - do total de mortes dos jovens no Brasil. Em 2011, dos 75.455 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 52.427 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011, acima de 2/3 de nossos jovens – 69,5% - morreram por causas externas (WASELFISZ, 2014, p. 24, grifos do autor).

Waiselfisz entende como mortalidade violenta a soma de homicídios, suicídios e acidentes de transporte e aponta que os jovens morrem pelas referidas causas devido situações sociais e estruturais diversas. O sociólogo mostra que a partir dos 14 anos, os homicídios de jovens alcançam dados altíssimos: “as taxas pulam de 9,2 homicídios por 100 mil habitantes para 69,3 na idade de 21 anos”, voltando a declinar após esta faixa etária. Mesmo assim, as taxas de homicídios são consideradas tão elevadas que superam os homicídios de jovens em países em conflito armado (ibidem).

O autor menciona que entre os 19 e os 25 anos, as taxas de mortalidade violenta excedem 100 óbitos por 100 mil habitantes. E que é justamente a partir dos anos 1990 que os homicídios ultrapassam os óbitos por acidente de transporte no país. Por outro lado, a partir de 2003, devido “as campanhas de desarmamento e de políticas pontuais em algumas UF de grande peso demográfico, as taxas de homicídio tendem a cair até 2007, ponto de reinício da escalada da violência”. (ibidem, p.29).

No que diz respeito à juventude, o autor mostra que 62,6% dos jovens morreram por causas externas entre 1980 e 2011. No mesmo período, a população não jovem morta pelas mesmas causas foi de 8,1%. Logo, 2,0% dos óbitos da população não jovem foram causados por homicídios, enquanto, da população jovem, 28,5% foram causadas pelo mesmo motivo. (ibidem, p. 31).

3 VULNERABILIDADE SOCIAL, SOCIOESPACIAL, POSITIVA E NEGATIVA

Abramovay (2002), Abramovay e Fefferman (2007), Castro e Abramovay (2004), Rocha (2007) e Diógenes (2008) concordam que os jovens correspondem a uma parcela vulnerável da população, perceptível, entre outras coisas, nos elevados índices de mortes por causas externas, no destaque com relação à falta de emprego, às altas taxas de fecundidade e o risco de envolvimento com crimes e transgressões às leis.

Para Sena (2013, p. 344), inclusive, a atividade do tráfico de drogas é uma expressão “não determinada pela configuração de um espaço, mas que nele encontra condições favoráveis, ou não, ao seu desenvolvimento”. Ousa-se afirmar, nesta perspectiva, que o espaço pode ser um potencializador de capacidades ou determinadas condutas ou um inibidor delas, diferenciando-se, portanto, as atitudes de jovens com acesso às políticas sociais dos que residem onde seus direitos sociais são negados ou o acesso a eles é dificultado. É o que acontece, mormente, nas comunidades de periferia do país e demarca a existência de uma vulnerabilidade socioespacial para o autor.

Nestas comunidades, é onde se encontra um grande número de jovens em situação de vulnerabilidade, o que está fortemente vinculado ao aumento da violência e da criminalidade, exigindo, assim, o incremento de políticas sociais para a juventude e o fortalecimento do capital social positivo e cultural (ABRAMOVAY, 2002).



Abramovay (2002, p. 29-30) recorda três elementos que dão singularidade à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades: “[os] recursos materiais ou simbólicos, também chamados de ativos [...], as estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e as estratégias de uso dos ativos”. Ressalta que “[...] a vulnerabilidade [...] traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade [...]” (VIGNOLI, 2001 apud ABRAMOVAY, 2002, p. 30). Destarte, a situação de vulnerabilidade pode chegar a revelar-se em um plano estrutural, na inclinação à mobilidade descendente dos jovens e num plano mais subjetivo, na elaboração de sentimentos de incerteza e insegurança entre eles (ABRAMOVAY, 2002, *ibidem*).

Para a mesma autora, há, por isso, dois tipos de vulnerabilidade, a positiva e a negativa. A primeira delas está fundamentada na possibilidade de superar adversidades, “resistir e enfrentar situações socialmente negativas”, aprendendo pelas experiências, construindo potencialidades e formas de resistência, elaborando modos criativos de lidar com riscos e obstáculos, a fim de ultrapassá-los, numa espécie de subversão às inseguranças, incertezas e dificuldades postas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2004, p. 3). Já o outro tipo de vulnerabilidade corresponde ao resultado negativo da oferta de recursos materiais ou simbólicos aos jovens e à dificuldade de acesso às variadas expressões de oportunidades.

A vulnerabilidade social negativa pode ser percebida em situações diversas, como na educação, nas violências, nos entraves para acessar serviços básicos e equipamentos culturais e desportivos, na exposição à sociedade de consumo e às drogas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2004, p. 4). Enquanto a vulnerabilidade social positiva reflete o desejo de renovar o social, assim como a defesa de alternativas para reagir às opressões: ações que indicam autonomia, além de desmascarar o estigma de que os agrupamentos juvenis servem apenas para “organizar” ações violentas ou desordeiras.

4 ESTIGMATIZAÇÃO, TERRITÓRIO E OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Bezerra (2012, p. 4) ressalta que os territórios estigmatizados são produto dos referentes simbólicos associados à pobreza urbana, os quais vinculam pobreza à violência e à criminalidade. Estes territórios seriam auferidos pela ambiguidade de serem socialmente identificados como lugares que abarcam sujeitos pauperizados, os quais exigem ações sócio-assistenciais do Estado; e serem espaços reprodutores da violência, que devem ser controlados pelas ações repressivo-punitivas estatais (MACHADO DA SILVA, 2008 apud BEZERRA, 2012, p. 4). Haveria, assim, uma forte ligação entre o território periférico e a acusação social de que o pobre é potencialmente criminalizável ou suspeito/perigoso/violento.

Moraes (2006, p. 6) também atesta que alguns profissionais, embasados na suposição de que os jovens estão em um período de formação, justificam que eles sejam mais propensos a se deixarem influenciar pelo mundo do crime, decorrendo em grande perigo social, o que confirmaria a ideia de que os jovens são mais perigosos que os não jovens. Essa ideia ajuda justamente a estabelecer o debate da inerência de determinadas características “reprováveis” para a faixa etária considerada jovem e vem ensejando, entre outras coisas, a querela em torno da redução da maioria penal no país, ajudada pela demonização do jovem autor de ato infracional.

Sena (2013, p. 346) mostra que o fenômeno da favelização em nosso país é uma das consequências da vulnerabilidade. Enfatiza que o espaço é um elemento importante na



relação entre pobreza e vulnerabilidade, partindo da premissa de que este gera e reproduz as situações de vulnerabilidade e desigualdade social.

Zaluar (2012) por seu turno aponta que a dimensão da sociabilidade para buscar saídas aos fenômenos do crime e da violência na esfera local é fundamental nas comunidades de periferia. Segundo suas pesquisas, líderes comunitários locais sempre conseguiram exercer suas atividades mesmo diante do domínio armado de traficantes, o que indica outras formas de poder e de organização nas favelas. Já Bezerra (2012, p. 4-5), citando Machado da Silva (2008), sinaliza que existe, nas áreas periféricas, outra forma de sociabilidade, a sociabilidade violenta, embasada na ação de grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas ilícitas. Esta outra forma de sociabilidade se manifesta em ações de coordenação sobre os sujeitos, por meio da força, a fim de gerenciar interesses e evitar possíveis reações adversárias. Alicerça-se em relações hierárquicas e agressivas, usando, entre outras coisas, métodos violentos que garantam a submissão dos participantes e a fragilização de iniciativas organizativas e de reivindicação por direitos sociais.

Para Sena (2013) o que acontece é que o espaço interfere na “oferta desigual de acesso aos recursos socialmente disponíveis, suas respectivas dinâmicas de integração/exclusão social”. Sua tese é a de que a segregação e a desigualdade de acesso impulsionam a provação de capacidades e potencialidades dos sujeitos. Logo, é o espaço que carrega (des)vantagens sociais e não os indivíduos. Em outras palavras: “A segregação espacial [...] também expõe determinados indivíduos, tanto ao confronto direto com as situações de homicídio [...], quanto no “convite” à integração nas redes em que esta violência é presente” (SENA, 2013, p. 347, grifos do autor).

Este convite à violência pode acontecer por motivos diversos, desde a necessidade de consumo e daí a integração ao trabalho no tráfico – com todas as ações e subordinações que lhe são características, por dever respeito às “ordens” do traficante/patrão (ABRAMOVAY; FEFFERMAN, 2007) –, até à falta de percepção dos limites entre o legal e o ilegal (MISSE, 1995 apud ZALUAR, 2012), ou mesmo para disfrutar de momentos com a galera – quando convertida em gangue (DIÓGENES, 2008), entre outros.

5 CONCLUSÃO

As discussões sobre juventude e violência se entrelaçam com a temática das vulnerabilidades social, na medida em que, os espaços de periferia são onde mais precipuamente os jovens são estigmatizados, reiterando-se a percepção de serem parte da classe perigosa ou suspeitos potenciais de práticas de violência ou de criminalidade.

A vulnerabilidade, neste contexto, está relacionada às debilidades ou fragilidades que subjazem contextos e cenários onde se inserem indivíduos, domicílios e comunidades. E no caso dos jovens, a situação de vulnerabilidade social à violência aparece como problemática iminente e que pede urgência de resolução, uma vez que os elevados índices de jovens assassinados ou autores de atos infracionais, inflam as taxas de violência no país.

A elaboração de políticas de/com/para a juventude é uma exigência e a efetivação de investimento em capital social positivo também, a fim de que os jovens em situação de vulnerabilidade tenham sua dignidade respeitada, seus direitos sociais cumpridos e as possibilidades de ascendência social efetivadas, evitando-se consequências danosas para todos os envolvidos no processo.

A partir da revisão de literatura é possível afirmar, portanto, que o jovem em situação de vulnerabilidade social se vê desprovido de um conjunto de benesses e inserido numa rede de violência que pode afetá-lo negativamente. É necessário o investimento em políticas de/com/para a juventude e em capital social positivo, a fim de garantir o protagonismo e expectativas de mobilidade social ascendente para estes jovens. Abramovay (2002, p. 66)



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

refere, inclusive, que “o fomento da violência entre os jovens latino-americanos possui íntima relação com as desigualdades e o não-acesso à riqueza e cidadania, ou seja, a exclusão social”. O modo mais indicado para reduzir o aumento da violência seria justamente com as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et. al. (Org.). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

_____. *Escola e Violência*. Brasília: UNESCO, UCB, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; FEFFERMAN, Marisa. *Juventude e sociabilidade: vivendo uma cultura de violência*. In: *Sociologia Especial*, São Paulo, ano 1, n.2, p. 46-55, 2007.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Estado, desenvolvimento e crise do capital, 5, 2011. São Luis. *Anais...* Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/SENTIDOS_DA_POBREZA_E_DO_VIVER_EM_TERRITÓRIOS_ESTIGMATIZADOS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes e vulnerabilidades negativas e positivas. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP, 1, 2004, Caxambu. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_295.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Cidade de Deus: filme. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_Deus_%28filme%29>. Acesso em: 10 fev. 2015.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio. *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2015.

MORAES, Pedro Rodolfo. *Juventude, medo e violência*. Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise novos e invisíveis laços sociais. 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55506518/Juventude-medo-e-violencia#scribd>>. Acesso em 20 dez. 2014.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla dos. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002*. Núcleo de Estudos da Violência Universidade de São Paulo, São Paulo: NEV/USP, 2006.

ROCHA, Simone Rocha da. *Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre*. 2007. 249 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

SENA, Lúcia Lamounier. Homicídios e tráfico de drogas: contribuições da análise de segregação socioespacial. In: MARINHO, Marco Antônio Couto et. al. (Orgs.). *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013. p. 343-354.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2014*. Homicídios e Juventude no Brasil. (Atualização 15 a 29 anos). Secretaria-Geral da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2014.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012, p. 327-365. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n2/a03v55n2.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.